



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 11/12/2023
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
DAVID JACOB BASTOS	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE FILOCREAO GARCIA DA FONSECA	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE MONTEIRO GOMES	JUIZ DE DIREITO - NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
IONE NAKAMURA	MPE	PRESENCIAL
LUCIANA LIMA ALBUQUERQUE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
IBRAIM JOSÉ ROCHA	SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS	PRESENCIAL
MOEMA BELLUZZO	PRESIDENTE ANOREG	ONLINE
VANDERSOM QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
JESSICA MACIEL	CREA-PA	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
LUCAS OLIVEIRA DE ALMEIDA SOBRINHO	ITERPA	PRESENCIAL
FERNANDA SEQUEIRA	PGE - ITERPA	PRESENCIAL
LULY FISCHER	UFPA	PRESENCIAL
MARCOS SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
JOSE ODILON	SPU	ONLINE
ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
RAFAEL ALVAREZ	RI DE ANANINDEUA	ONLINE
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	PRESENCIAL
MYRZA TANDYA NYLANDER PEGADO	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE MARITUBA - PRESIDENTE CRI	ONLINE

*[Handwritten signature]*

DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (06.11.2023)

1. EFETUAR O LEVANTAMENTO DAS TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS E REGISTRADAS E INFORMAR À CGJ EM CONJUNTO COM A ANOREG;
2. INFORMAR À CGJ E À ANOREG QUAIS QUILOMBOS FORAM CONTEMPLADOS E OS CARTÓRIOS ENVOLVIDOS, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADO O REGISTRO.

SITUAÇÃO: Itêrpa deverá manifestar-se na reunião;

3. EXPEDIR OFÍCIO AOS REGISTRADORES DE IMÓVEIS A FIM DE QUE INFORMEM QUAIS AS ÁREAS DE QUILOMBOLAS ENCONTRAM-SE REGISTRADAS, ENCAMINHANDO CERTIDÃO ATUALIZADA DAS MATRÍCULAS EXISTENTES.

SITUAÇÃO: Ofício Circular nº 158/2023-CGJ expedido em 04.12.2023

4. ENVIO DE LEVANTAMENTO, FEITO PELA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UFPA EM CONJUNTO COM A FUNDAÇÃO PALMARES, DA

ASSUNTOS DISCUTIDOS		
NATALIA BENVENGU	OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAPANEMA	PRESENCIAL
ARIANE MENEZES SANTOS	ASSESSORA JURÍDICA DA PREFEITURA DE CAPANEMA	PRESENCIAL
GUSTAVO MAFRA	SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO URBANA -ALTAMIRA	ONLINE
EDISANDRA ALVES	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
VANIA PORTELA	SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE SANTAREM	PRESENCIAL
LETICIA ROCHA	SEHAB SANTAREM	PRESENCIAL
LISANIA MARQUES	DIRETORA JURÍDICA SEHAB ANANDEUA	PRESENCIAL
RENAN OHSE	SECRETARIO DE AGRICULTURA PARAGOMINAS	PRESENCIAL
CLAUDIO ALAN DE MELO	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO PARAGOMINAS	PRESENCIAL
SANDRA ALVES	REP. SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE MARITUBA	PRESENCIAL
ADRIANA MEZZOMO	PROCURADORA MUNICIPIO BREU BRANCO	ONLINE
EUCIDES CUNHA	ASSESSOR JURÍDICO DA PREFEITURA DE ITUPIRANGA	ONLINE
CAROLINE ALVES BRANT	REGISTRADORA DE IMÓVEIS DE GOIANESIA DO PARA	ONLINE
MILTON ALVES DA SILVEIRA	REGISTRADOR DE IMÓVEIS ALTAMIRA	ONLINE
PAOLA WATRIN PIMENTA	ANALISTA JUDICIÁRIO - SECRETARIA DA REUNIÃO	PRESENCIAL
MENESCAL		
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO	PRESENCIAL

RELAÇÃO DE QUILOMBOS JÁ TITULADOS E REGISTRADOS NO ESTADO DO PARÁ PARA COMPARTILHAMENTO COM OS DEMAIS MEMBROS.

SITUAÇÃO: UFPA/PROF. GIROLAMO deverá manifestar-se.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A READEQUAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DAS COMUNIDADES WARAO, NA ILHA DE SASSUNEMA

6. RECOMENDAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA QUE ASSEGURE A OBSERVÂNCIA DA CONVENÇÃO 169 NA ADEQUAÇÃO DO PROJETO DA ILHA DE SASSUNEMA BEM COMO PRIORIZE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FAVOR DOS WARAO POR MEIO DOS QUINTAIS AGROFLORESTAIS

SITUAÇÃO: O município de Ananindeua deverá manifestar-se;

7. APRESENTAÇÃO DE MINUTA DO ACT QUE VERSA SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS APTOS A REALIZAR O GEORREFERENCIAMENTO À FAMEP, APÓS APROVAÇÃO NA REUNIÃO DE DIRETORIA QUE OCORRERÁ EM NOVEMBRO .

SITUAÇÃO: CREA e FAMEP deverão manifestar-se;

8. REUNIÃO A SER REALIZADA ENTRE SEMAS E ANOREG PARA DEFINIÇÃO DE PARAMETROS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS

SITUAÇÃO: SEMAS e ANOREG deverão manifestar-se sobre as tratativas;

9. APRESENTAÇÃO, PELA SPU, DO RESULTADO DA SUBMISSÃO DA MINUTA DO ACT, ELABORADO PELA PROF LULY FISCHER, A SPU-DF

SITUAÇÃO: SPU deverá manifestar-se

10. PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS 44 MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM SUA BASE PATRIMONIAL DEFINIDA. RECEBIDO, INFORMAR À FAMEP

SITUAÇÃO: Item pendente, pois a informação não foi encaminhada pelo ITERPA à CGJ até o momento;

11. OFICIAR AO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS PARA QUE INFORME SOBRE O ANDAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO COM VISTAS A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA BEM COMO SOBRE AS TRATATIVAS COM O INCRA (QUANTO AOS ASSENTAMENTOS)

SITUAÇÃO: Cumprido. Expedido Ofício nº 457/2023-CGJ

12. REUNIÃO A SER REALIZADA ENTRE SEMAS E ANOREG PARA DEFINIÇÃO DE PARAMETROS DE INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMA

SITUAÇÃO:- ANOREG E SEMAS deverão manifestar-se

13. EXPOSIÇÃO DO PROJETO ATLAS JURÍDICO FUNDIÁRIO;

SITUAÇÃO: FAMEP e URBE/AMAZÔNIA serão os responsáveis pela apresentação;

14. INFORMAÇÕES SOBRE EXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO RELATIVO A DOMINIALIDADE DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU

SITUAÇÃO: situação de Limoeiro do Ajuru em acompanhamento em procedimento próprio. Iterpa deve pronunciar-se sobre envio do processo envolvendo a gleba municipal de Limoeiro do Ajuru, pendente da última reunião.

15. EXPOSIÇÃO, POR REPRESENTANTES DE ALTAMIRA E SANTARÉM, SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ADOTADOS PELOS MUNICÍPIOS.

SITUAÇÃO: municípios devem se manifestar

16. O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 09H28.

DISCUSSÕES/DEBATES:

DES JOSÉ ROBERTO – CGJ – APÓS AS BOAS VINDAS A TODOS, INFORMOU QUE, NO FUTURO, DADA A ADEÇÃO DE DIVERSOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E, EM RAZÃO DA EXTENSÃO DE TÓPICOS E RESTRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, SERÃO REALIZADAS DUAS REUNIÕES, UMA PARA TRATAR DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E OUTRA, DA RURAL. DELEGOU A PALAVRA AO JUIZ LÚCIO GUERREIRO, PARA CONDUZIR A REUNIÃO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 1 E 2 DA PAUTA

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA – FORAM EXPEDIDOS 81 TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS ATÉ O MOMENTO. DESSES 81, DE 2019 ATÉ A PRESENTE DATA, FORAM EXPEDIDOS 26. DENTRE ESSES, FORAM ENTREGUES 15 TÍTULOS NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, EM 20/11/2023. MAS HÁ DIFICULDADES JUNTO AOS CARTÓRIOS SOBRE A REALIZAÇÃO DE REGISTROS EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES E TAMBÉM EM RELAÇÃO A PEQUENOS PRODUTORES, COM EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS E COBRANÇA DE EMOLUMENTOS. QUE CHEGOU A OFICIAR AOS CARTÓRIOS, MAS NÃO HOUVE RESPOSTA. PEDIU QUE, ANTES DA PRÓXIMA REUNIÃO, POSSA FORMALIZAR À CORREGEDORIA, COM A INFORMAÇÃO DOS TÍTULOS QUE FORAM REGISTRADOS E DAQUELES QUE ESTÃO PENDENTES. NAS SOLICITAÇÕES FEITAS AOS CARTÓRIOS, FORAM ANEXADAS CÓPIAS DO NORMATIVO E DO ACT FORMALIZADO COM O TJPA, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO À GRATUIDADE.

DES JOSÉ ROBERTO – DETERMINOU, AO ITERPA, A FORMALIZAÇÃO DA DEVOLUTIVA DOS CARTÓRIOS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – REFORÇOU AS PALAVRAS DO DESEMBARGADOR.

ITEM 3 DA PAUTA. CUMPRIDO. A CGJ ESTÁ AGUARDANDO AS RESPOSTAS.

ITEM 4 DA PAUTA. CONCEDEU A PALAVRA AO PROF. GIROLAMO.

GIROLAMO – FETAGRI/UFGA – O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ESTÁ NA VANGUARDA DA TITULAÇÃO. O LEVANTAMENTO DA UFGA SOBRE TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS ESTAVA PRONTO ATÉ ANTES DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, EM QUE FORAM ENTREGUES 15 TÍTULOS, DOS QUAIS NÃO RECEBEU CÓPIA PARA ALIMENTAÇÃO DA BASE DE DADOS. DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA ENTREGA PELO ITERPA, QUE É RECORDE NO ESTADO BRASILEIRO. SUGERIU A ALIMENTAÇÃO DO SITE DO ITERPA SEMPRE QUE FOR EMITIDO UM TÍTULO.

ELOGIOU O SITE DO ITERPA, QUE PERMITE A LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL, ATRAVES DE *SHAPEFILE*, MAS TAMBÉM SUGERIU QUE FOSSE ACRESCENTADO NESSE CAMPO, O CAMPO DO NÚMERO DE REGISTRO DE MATRÍCULA, FOLHA E LIVRO, E O CARTORIO EM QUE ESTÁ REGISTRADO. ISSO PERMITIRIA SABER SE O TÍTULO EMITIDO ESTÁ REGISTRADO.

DES. JOSÉ ROBERTO – PERGUNTOU SOBRE A FALTA DE ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DO ITERPA

GIROLAMO – FETRAGRI – A ATUALIZAÇÃO OCORRE, MAS NÃO IMEDIATAMENTE, EM RAZÃO DA BUROCRACIA INTERNA.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA – O ITERPA VAI SE EMPENHAR EM MELHORAR A ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA. HOJE JÁ SERÃO ENCAMINHADOS OS TÍTULOS AO PROF. GIROLAMO TRECANI

GIROLAMO – FETAGRI – SUGERE INCLUIR OS TÍTULOS QUILOMBOLAS DENTRO DO SICARF.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA – A POSSIBILIDADE DE INCLUIR AS INFORMAÇÕES NO SISTEMA SICARF JÁ FOI VENTILADA, INCLUSIVE COM A ANDRÉA, REP. DA DEFENSORIA, JÁ QUE É UM SISTEMA QUE É PÚBLICO E TEM TODAS AS INFORMAÇÕES. MAS FOI PONDERADA A DIFICULDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE TEREM ACESSO AOS DADOS DO SISTEMA SICARF, EMBORA ELE SEJA DE FÁCIL MANUSEIO E FACILITARIA PARA O ÓRGÃO. INCLUSIVE, HÁ PEDIDOS DAS COMUNIDADES PARA QUE ISSO NÃO OCORRA. O SISTEMA É INTUITIVO E, SE ASSIM FOR DETERMINADO, VÃO SER INCLUIDOS OS DADOS NESSE SISTEMA.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ESCLARECIDOS OS PONTOS EM RELAÇÃO AS QUESTÕES QUILOMBOLAS. PASSOU PARA OS ITENS 5 E 6. FOI DADA A PALAVRA À REPRESENTANTE DE ANANINDEUA.

LISANIA – ANANINDEUA – EM RAZÃO DO PAC E DO PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, O PROJETO AINDA NÃO FOI FINALIZADO, MAS INFORMOU QUE JÁ VISITOU DUAS DAS TRÊS COMUNIDADES DOS INDÍGENAS WARAO NO MUNICÍPIO.

SOLICITOU A INTERMEDIÇÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA JUNTO À SPU, QUE ESTÁ COLOCANDO DIFICULDADES EM RAZÃO DO PROJETO AINDA NÃO ESTAR DEFINIDO TOTALMENTE. NO ENTANTO, ESCLARECEU QUE O PROJETO ESTÁ DEFINIDO POIS A ÁREA A SER CONSTRUÍDA NÃO SOFRERÁ ALTERAÇÃO ALGUMA, APENAS NO PROJETO INTERNO DAS RESIDÊNCIAS, PELO QUE, INCLUSIVE, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE NOVA LICITAÇÃO.

A SPU INFORMOU AO MUNICÍPIO QUE SÓ AUTORIZARIA O PROJETO QUANDO HOVER A DEFINIÇÃO DE TODOS OS DETALHES DO PROJETO. A ILHA DE SASSUNEMA É ENORME E JÁ POSSUI MORADORES QUE POSSUEM SEUS TÍTULOS. IRÁ ABRACAR O PROJETO PILOTO DE ASSENTAMENTO DOS WARAO.

JÁ FOI CONVERSADO COM AS PASTAS TÉCNICAS QUE INFORMARAM QUE NÃO SERÁ NECESSÁRIA NOVA LICITAÇÃO, POIS NÃO HAVERÁ MUDANÇA DE OBJETO. HAVERÁ, APENAS, UMA ADEQUAÇÃO RELATIVA À DIVISÃO INTERNA DAS RESIDÊNCIAS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – PEDIU QUE FOSSE FORMALIZADA A PROBLEMÁTICA RELATADA, COM AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS, PARA QUE A CGJ POSSA INTERMEDIAR O DIÁLOGO COM A SPU.

LISANIA – ANANINDEUA – FORMALIZARÁ APÓS NOVA REUNIÃO A SER REALIZADA COM OS WARAO, O QUE OCORRERÁ ANTES DA PRÓXIMA REUNIÃO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 7 DA PAUTA. PASSOU A PALAVRA À REPRESENTANTE DO CREA.

JESSICA – CREA – FOI FEITA A APRESENTAÇÃO À DIRETORIA DO MÓDULO QUE VIABILIZA A CONSULTA DE PROFISSIONAIS HABILITADOS EM FAZER O GEORREFERENCIAMENTO, MAS IDENTIFICOU-SE UM PROBLEMA DE SISTEMA, QUE NÃO PERMITE A BUSCA PÚBLICA DOS NOMES E CONTATOS DOS PROFISSIONAIS. FOI SOLICITADA INTERLOCUÇÃO COM ITERPA E FAMEP PARA ESTABELECEER UM DIÁLOGO E ALINHAR PARA ALÉM DOS PONTOS QUE FORAM AQUI COLOCADOS, O QUE É NECESSÁRIO. HÁ UMA FERRAMENTA PÚBLICA PARA BUSCA QUE NÃO ESTÁ OPERACIONALIZANDO DE FORMA INTEGRAL. TRARÁ AO GRUPO A INFORMAÇÃO APÓS O DIÁLOGO COM OS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS. ACRESCENTOU QUE A PROMOTORA DE JUSTIÇA IONE NAKAMURA MANTEVE CONTATO PARA RELATAR UMA DEMANDA PARECIDA, NA QUAL ESTÁ-SE AGUARDANDO O CONTATO DA EMATER COM OS DADOS DOS PROFISSIONAIS QUE REALIZAM GEORREFERENCIAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES DENTRO DO SITAQ.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - ITEM 8. EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DA SEMAS, PASSOU A PALAVRA AO CRI.

MYRZA TANDAYA – CRI - FORAM REALIZADAS REUNIÕES COM A SEMAS, EM QUE NÃO SE CHEGOU A NENHUMA SOLUÇÃO PORQUE O



ÓRGÃO NÃO CONSEGUIU ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA PARA ROBOTIZAR O ACESSO DELES AO SISTEMA DA ONR, COM A PARAMETRIZAÇÃO DE DADOS A SEREM ACESSADOS. AINDA É INCIPIENTE A IDEIA DO ÓRGÃO, MAS, PELO QUE SE TEM ATÉ O MOMENTO, NÃO SERIA POSSÍVEL ATENDER À DEMANDA. NA ÚLTIMA REUNIAO REALIZADA, O CRI E A ANOREG FICARAM DE DIALOGAR COM A ONR SOBRE ESSA VIABILIDADE.

**MOEMA BELUSSO – ANOREG –** A PRETENSÃO DA SEMAS DE PADRONIZAR A CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS NÃO É POSSÍVEL DE ATENDER, PELA PRÓPRIA NATUREZA DO REGISTRO IMOBILIÁRIO, QUE POSSUI DIVERSAS VARIÁVEIS, NÃO SÃO FIXOS COMO OS DADOS DE RCPN. ISSO É IMPORTANTE PORQUE PODE SER QUE OS DADOS QUE A SEMAS CONSIGA ESTRATIFICAR, AO FINAL, NÃO SEJAM CONFIÁVEIS. ALÉM DISSO, MUITAS DAS DOCUMENTAÇÕES SÃO MANUSCRITAS E PODEM SER MAL COMPREENDIDAS. A PARTIR DESSE PONTO, A SEMAS SE MANIFESTOU EM ELABORAR UM PROJETO PILOTO A PARTIR DE CERTIDÕES QUE ELES JÁ TINHAM EM ALGUNS PROJETOS DE LICENCIAMENTO. FOI ALERTADO QUE DEVERIA TER CUIDADO COM DIVERSOS ASPECTOS, INCLUSIVE A LGPD, PORQUE É COMPLICADO PEGAR UMA CERTIDÃO QUE TEM VARIOS DADOS SENSÍVEIS DAS PESSOAS E USÁ-LA PARA OUTRA FINALIDADE. POR FIM, FOI EXPLICADO A SEMAS QUE OS DADOS QUE ELES POSSUEM SÃO EXTRAIDOS DE CERTIDÕES ANTIGAS E OS REGISTROS DE IMOVEIS SÃO DINÂMICOS.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ -** PELO QUE SE CONCLUI DA EXPLANAÇÃO FEITA PELAS REGISTRADORAS, QUESTIONOU SE NÃO É POSSÍVEL ATENDER A DEMANDA TRAZIDA PELA SEMAS.

**MOEMA BELUSSO – ANOREG -** CONFIRMOU QUE A DEMANDA DA SEMAS NÃO É MUITO CLARA. MAS, AINDA ASSIM, QUE FARÁ UMA REUNIÃO COM A ONR PARA VERIFICAR A POSSIBILIDADE, JÁ QUE NÃO É UMA DEMANDA ESPECÍFICA DO ESTADO DO PARÁ. A ONR JÁ ESTEVE EM CONTATO COM O CNJ SOBRE ESSAS DEMANDAS.

**MYRZA TANDAYA – CRI –** O ATENDIMENTO DA DEMANDA ESBARRA TAMBÉM PORQUE AS REUNIÕES SÃO REALIZADAS COM OS REPRESENTANTES DA ÁREA DE TI DA SEMAS, QUE SÃO PROFISSIONAIS QUE DESCONHECEM A NATUREZA DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL. ELES SÓ PENSAM NA PARTE DA TECNOLOGIA, MAS EXISTE UMA DEMANDA JURÍDICA QUE DEVE SER ABORDADA.

**LUCIO GUERREIRO – CGJ –** CONCLUIU, AINDA, QUE NÃO ESTÁ INVIABILIZADO O TRABALHO DA SEMAS, PORQUE EXISTE A POSSIBILIDADE DE EMISSÃO DE CERTIDÃO ELETRÔNICA DO REGISTRO DE IMÓVEIS. O ATENDIMENTO DA DEMANDA SERIA UM PLUS, MAS QUE NÃO PREJUDICA O TRABALHO DA SEMAS, QUE PODEM EMITIR ELETRONICAMENTE A CERTIDÃO.

EM RELAÇÃO AO ITEM 9 DA PAUTA: DESTACOU A AUSÊNCIA DA SPU. CONCEDEU A PALAVRA AO REPRESENTANTE DA CODEM.



VANDERSON QUARESMA – CODEM – ESTÁ NO AGUARDANDO DA POSIÇÃO DA SPU, QUE AINDA NÃO SE MANIFESTOU, APESAR DAS TENTATIVAS DA CODEM E DA PROFª LULY NESSE SENTIDO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – INFORMOU QUE TOMOU CONHECIMENTO, A PARTIR DE REUNIÕES REALIZADAS ENTRE O CNJ E A SPU-DF, QUE A DEMANDA AINDA NÃO FOI APRECIADA PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL. INFORMOU AOS PRESENTES QUE AS JUÍZAS AUXILIARES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA COLOCARAM-SE À DISPOSIÇÃO PARA DAR O SUPORTE NECESSÁRIO, JUNTO À SPU-DF, PARA SOLUCIONAR O ENTRAVE ENCONTRADO. A PREVISÃO DE RESPOSTA ERA ATÉ A QUINTA-FEIRA (07/12/2023). ESPERAVA-SE QUE O REPRESENTANTE DA SPU ESTIVESSE PRESENTE HOJE PARA ESCLARECER SE, PELO MENOS, O DOCUMENTO FOI APRESENTADO À SPU-DF. POR ISSO, A CORREGEDORIA IRÁ DILIGENCIAR PARA ENTRAR EM CONTATO COM O SUPERINTENDENTE REGIONAL, BEM COMO COMUNICARÁ À JUÍZA DO CNJ SOBRE O ANDAMENTO DA DEMANDA, PARA VER SE CONSEGUIMOS AVANÇAR.

EM RELAÇÃO AO ITEM 10, PASSOU A PALAVRA À REPRESENTANTE DO ITERPA.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA – NÃO TEM CONHECIMENTO DESSE PONTO

IBRAIM ROCHA – PGE – INFORMOU QUE HOVE UMA AUDIÊNCIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, JUNTO COM O IBGE. ESCLARECEU QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DEFINIÇÃO DE SUAS ÁREAS, PELAS LEIS, MAS NÃO HÁ GEORREFERENCIAMENTO, RAZÃO PELA QUAL DEVE OCORRER UM PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA. RESSALTOU, PORÉM, QUE O LEGISLATIVO NÃO POSSUI A MESMA DINÂMICA DO PODER EXECUTIVO E QUE SERIA NECESSÁRIO UM CONVÊNIO DA ALEPA ATRIBUINDO AO ITERPA ESSA DEMANDA PARA REALIZAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS.

SUGERE QUE A CORREGEDORIA DE JUSTIÇA FAÇA ESSA PROVOCAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

INFORMOU QUE O IBGE POSSUI METODOLOGIA PRÓPRIA PARA VERIFICAÇÃO DA BASE TERRITORIAL, JÁ APLICADA EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO.

ENTÃO SALIENTOU A NECESSIDADE DESSA PARCERIA ENTRE ALEPA, ITERPA E IBGE PARA REALIZAÇÃO DO GEORREFERENCIAMENTO.

ENTENDE QUE A CORREGEDORIA PODE OFICIAR À ALEPA PARA QUE INFORME SE JÁ FOI INICIADO O PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA DA BASE CARTOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS, POIS JÁ EXISTE O PROCESSO TRAMITANDO A ESSE RESPEITO NO PODER LEGISLATIVO, MAS AINDA NÃO FORAM ADOTADAS MEDIDAS CONCRETAS VOLTADAS AO GEORREFERENCIAMENTO TERRITORIAL.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA - PERGUNTOU SE É POSSÍVEL UMA A INTERVENIÊNCIA DO JUDICIÁRIO NESSE ACORDO QUE PODERIA ENVOLVER E EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ANUIU, JÁ QUE O PROJETO REGULARIZAR CONSISTE JUSTAMENTE EM PROMOVER A INTERLOCUÇÃO ENTRE ÓRGÃOS E QUE É POSSIVEL REALIZAR ESSA PROVOCAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA - E, EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS QUE NÃO TEM SUA BASE TERRITORIAL ATUALIZADA, PODE SER ELABORADA UMA AGENDA OU CRONOGRAMA PARA ENVIO AOS TÉCNICOS PARA ELABORAR ESSES MARCOS PARA QUE SE TENHA O MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – O PROBLEMA NÃO SE RESTRINGE AO MEMORIAL DESCRITIVO, MAS SIM, À DOMINIALIDADE DA ÁREA.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA - SUGERE QUE NESSE ACORDO DE COOPERAÇÃO SEJAM INCLUÍDOS SPU E INCRA PARA ENFRENTAMENTO DA DOMINIALIDADE.

IBRAIM ROCHA – A DELIMITAÇÃO REFERIDA SE REFERE AOS LIMITES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO. FACILITARÁ, DEPOIS, QUANDO HÁ O REGISTRO DA PROPRIEDADE, AINDA QUE A ÁREA NÃO TENHA SIDO ARRECADADA PELO ESTADO, MAS O ESTADO PRECISA SABER SE ESTÁ ARRECADANDO PARA O MUNICÍPIO CERTO. O MUNICÍPIO É O ELEMENTO MAIS DINÂMICO DA FEDERAÇÃO, A DELIMITAÇÃO ERRADA PODE GERAR IMPACTOS PARA A INSTITUIÇÃO E COBRANÇA DE TRIBUTOS, POR EXEMPLO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – ENTÃO ESTÁ SE DISCUTINDO A DELIMITAÇÃO POLÍTICA SEM ENTRAR, AINDA, NA DOMINIALIDADE.

IBRAIM ROCHA – SIM, COMO POR EXEMPLO O MUNICÍPIO DE BELEM, QUE TEM PROBLEMAS COM ANANINDEUA, QUE NÃO SE SABE ONDE COMEÇA E ONDE TERMINA CADA MUNICÍPIO.

GIROLAMO – FETAGRI – POSSUI UMA PREOCUPAÇÃO COMPLEMENTAR A ESSA: SE NÃO SE SABE OS LIMITES DOS MUNICÍPIOS, TAMPOUCO SE SABE OS LIMITES DAS ÁREAS PATRIMONIAIS DOS MUNICÍPIOS. VÁRIOS MUNICÍPIOS TEM NORMAS DE MAIS DE CEM ANOS. NÃO SABE SE PARA O ITERPA E PARA OS DEMAIS SE SERIA UM FATOR COMPLICADOR AGREGAR AS DUAS INFORMAÇÕES, QUE SÃO DISTINTAS, MAS QUE SERIAM COMPLEMENTARES, DARIA A POSSIBILIDADE DE TERMOS UM QUADRO INSTITUCIONAL MELHOR: DE UM LADO, O LIMITE MUNICIPAL E, DO OUTRO LADO, ONDE FICA A ÁREA PATRIMONIAL. NÃO SABE SE AGREGAR AS DUAS DEMANDAS, VAI ATRAPALHAR OU AJUDAR.

LUCIO GUERREIRO – VAI SER EXPEDIDO O OFICIO À ALEPA.  
ITEM 11, DEU A PALAVRA AO REPRESENTANTE DE PARAGOMINAS.

RENAN OHSE – PARAGOMINAS - O ACORDO DE COOPERAÇÃO ESTÁ NA SECRETARIA D ASSUNTOS JURÍDICOS PARA PARECER FINAL E TAMBÉM ESTÁ-SE AGUARDANDO RETORNO DO CARTÓRIO PARA ASSINATURA CONJUNTA. OU SEJA, ESTÁ EM FASE FINAL. EM RELAÇÃO A DEMANDA DE REGULARIZAÇÃO E AS TRATATIVAS JUNTO AO INCRA, PASSOU A PALAVRA AO OUTRO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO.



CLAUDIO ALAN - PARAGOMINAS - FEZ UM LEVANTAMENTO JUNTO AO INCRA SOBRE A SITUAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO. DOS 10 PROJETOS DE ASSENTAMENTO QUE O MUNICÍPIO TEM, APENAS 3 ESTÃO REGULARES QUANTO AO TERMO DE DOMÍNIO, HAVENDO POSSIBILIDADE DE EMISSÃO DO RESPECTIVO TÍTULO. OS OUTROS 7, POSSUEM PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NA VARA AGRARIA DE CASTANHAL, O QUE TEM ATRAPALHADO O ANDAMENTO DA REGULARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO. NA GESTÃO PASSADA DO GOVERNO FEDERAL, FOI CELEBRADO UM TCC COM O INCRA PARA REGULARIZAÇÃO. FOI FEITO EM VÁRIOS ASSENTAMENTOS. OS BENEFICIADOS GANHARAM CCU E ESTAO IMPOSSIBILITADOS DE RECEBER O TÍTULO EM RAZÃO DO INCRA NÃO TER (INAUDÍVEL) O DOMÍNIO. SOLICITOU AUXÍLIO PARA AGILIDADE NESSE PROCESSO.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - PEDIU QUE O MUNICÍPIO FORMALIZASSE EM RELAÇÃO ÀS SETE ÁREAS PENDENTES EM RAZÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS E QUE EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS TRÊS, DESSE CONTINUIDADE NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO.

CLAUDIO ALAN - PARAGOMINAS - SOBRE O ANDAMENTO DA REGULARIZAÇÃO, ESTÁ AGUARDANDO A LIBERAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL PARA CADA ASSENTAMENTO. A NOVA GESTÃO AINDA NÃO DEFINIU O PROCEDIMENTO.

LUCIO GUERREIRO - CGJ INFORMOU QUE A CGJ ESTÁ AGUARDANDO O ENVIO DO ACT COM AS ASSINATURAS.

ITEM 12 - REPETIDO POR EQUÍVOCO

ITEM 13 - PREJUDICADO PELA AUSÊNCIA DA DRA CLAUDIA - DA FAMEP

ITEM 14 - SERÁ INCLUÍDO JUNTO ÀS DILIGÊNCIAS DO ITEM 10

ITEM 15 - A EXPOSIÇÃO SERÁ FEITA POR SANTARÉM E ALTAMIRA

VANIA - SANTARÉM - FOI FEITA A ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO, ESTÁ AGUARDANDO A FORMALIZAÇÃO.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - VAMOS FINALIZAR OS TRÂMITES, OCORRERÁ UMA CERIMÔNIA DE ASSINATURA, AINDA NÃO HOUE A ASSINATURA DO CARTÓRIO

VANIA - SANTAREM - O MUNICÍPIO AINDA ESTÁ INICIANDO OS TRABALHOS DE REURB, POSSUI UM PROJETO CHAMADO MORAR LEGAL, QUE JÁ ENTREGOU MENOS DE MIL TÍTULOS, JÁ REGISTRADOS O QUE ENTENDE SER POUCO. FIRMOU PARCERIA COM UM BANCO DE BRASÍLIA-DF, CHAMADO ASBAN, QUE ESTÁ CHEGANDO HOJE NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. ENTROU EM CONTATO COM OS MUNICÍPIOS DE ANANINDEUA PARA APRENDER COM A EXPERIENCIA DO MUNICÍPIO E DA CORREGEDORIA.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE OS MUNICÍPIOS E A EXPERTISE DE ANANINDEUA.



ALÉM DISSO, EXISTE A CLÍNICA DA UFPA, REPRESENTADA PELA DRA LULY, QUE PODE TAMBÉM PRESTAR SUPORTE TÉCNICO.

**GUSTAVO MAFRA - ALTAMIRA** - JUSTIFICOU SUA AUSÊNCIA PRESENCIAL NA REUNIÃO EM RAZÃO DAS DEMANDAS DO PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA E DO PAC. SALIENTOU QUE ALTAMIRA TRABALHA COM REURB E COM TITULAÇÃO DE FORMA DEFINITIVA DENTRO DA ÁREA DO MUNICÍPIO. EXISTEM DISTRITOS HÁ MAIS DE MIL KM DE DISTANCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO E TAMBÉM NAS ÁREAS RURAIS. TAMBÉM ATUA NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DO INCRA. TAMBÉM ESTÁ ENTREGANDO 15 TÍTULOS DE RPA'S EMITIDOS PELO INCRA, SENDO OS PRIMEIROS DA REGIÃO CENTRO OESTE. ENTREGOU TAMBÉM 50 TÍTULOS NA REGIÃO DE CASTELO DOS SONHOS. NESSA EMISSÃO, O BENEFICIÁRIO QUE DEVE PROCURAR A SERVENTIA E FAZER O REGISTRO. TAMBÉM EXISTEM ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO QUE SÃO TITULADAS ATRAVÉS DA REURB. NO MUNICÍPIO, EXISTEM 25 NÚCLEOS URBANOS PASSÍVEIS DE TITULAÇÃO FUNDIÁRIA, PELA REURB, COM A POSSIBILIDADE DE ENTREGA DE MAIS DE 10.000 TÍTULOS. ESTÃO GEORREFERENCIADOS, MAS EXISTE DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS MORADORES, O QUE PODE OBSTAR A ENTREGA DE TÍTULOS EM GRANDE QUANTIDADE. EXISTE PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA DE 300 TÍTULOS REGISTRADOS EM BREVE. EXISTE LEI MUNICIPAL SOBRE REURB, QUE ELENCA REQUISITOS, PROCEDIMENTOS, PRAZOS, FORMA DE EMISSÃO, ETC. ALTAMIRA TEM UMA LÉGUA PATRIMONIAL QUE FOI DOADA PELO ESTADO NA DÉCADA DE 50 QUE FOI DIVIDIDA COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU, APÓS A CRIAÇÃO DESTA. BOA PARTE DESSAS ÁREAS JÁ FORAM TITULADAS PELO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA. CONTUDO, COM O CANCELAMENTO DAS MÁTRICULAS PARA A REQUALIFICAÇÃO, FAZ-SE NECESSÁRIA A EMISSÃO DE DOCUMENTO DE LEGITIMAÇÃO PELO MUNICÍPIO. PARA ISSO, FORAM ESTABELECIDOS PARÂMETROS. QUANDO NÃO É POSSÍVEL A EXPEDIÇÃO DA LEGITIMAÇÃO, EXISTE A POSSIBILIDADE DO DETENTOR INICIAR PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO, COM A EMISSÃO DE NOVO TÍTULO DEFINITIVO. (CITOU EXEMPLOS 1H DO VIDEO). EM RELAÇÃO A TITULAÇÕES DE ÁREAS RURAIS, ENCONTRA DIFICULDADES COM O GEORREFERENCIAMENTO, PELA FALTA DE PROFISSIONAIS.

**MILTON SILVEIRA - REGISTRADOR ALTAMIRA** - PARTA SITUAR, A MATRÍCULA 1822, CANCELADA, POSSUI 83 MIL HA. TODA A SEDE DO MUNICÍPIO SE LOCALIZA NESSA LÉGUA PATRIMONIAL. NAS DILIGÊNCIAS, NAS RESPOSTAS DA SPU E ITERPA QUE ESSA ÁREA ESTÁ SOBREPOSTA A ÁREAS FEDERAIS, PRINCIPALMENTE A GLEBA CACHOEIRINHA. SUGERIU A CONVOCAÇÃO DOS REPRESENTANTES DE VITÓRIA DO XINGU PARA A PRÓXIMA REUNIÃO EM RAZÃO DO DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE 29 MIL HA PARA O MUNICÍPIO. QUANTO À TRAMITAÇÃO DOS PEDIDOS PARA REURB, HÁ BOM TRÂNSITO E DIÁLOGO COM A PREFEITURA.

**LUCIO GUERREIRO - CGJ** - A MATRÍCULA 1822 DE ALTAMIRA FOI BLOQUEADA PELO CNJ, MAS NÃO IMPEDIU QUE NOVOS TÍTULOS FOSSEM EXPEDIDOS DENTRO DA ÁREA DELIMITADA. APÓS A INSPEÇÃO DO CNJ EM ALTAMIRA, HOVE ENTENDIMENTO PARA QUE ESSA ÁREA DA MATRÍCULA 1822 FOSSE REGULARIZADA, COM O



LEVANTAMENTO DAS MATRÍCULAS E COM A EXPEDIÇÃO DE NOVOS TÍTULOS DAS ÁREAS SEM IRREGULARIDADES. PENSA QUE ALTAMIRA ESTÁ PRONTA PARA AVANÇAR. COLOCOU A CGJ À DISPOSIÇÃO.

GIROLAMO – FETAGRI – ALTAMIRA É UM PROBLEMA *SUI GENERIS*, MAS ESSE PROBLEMA DE SOBREPOSIÇÃO DE TERRAS NO ESTADO DO PARÁ OCORRE EM VÁRIOS MUNICÍPIOS. LOUVOU A INICIATIVA DO ITERPA DE TER DISPONIBILIZADO O MAPA COM AS GLEBAS ESTADUAIS ARRECADADAS, EM RAZÃO DA TRANSPARÊNCIA, MAS LAMENTOU QUE O MAPA DISPONIBILIZADO SEJA MERAMENTE ILUSTRATIVO E NÃO PERMITA FAZER A VERIFICAÇÃO *SHAPEFILE*, COM OS ATRIBUTOS PARA COMEÇARMOS A TER UM MAPA COM AS GLEBAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ONDE FOR POSSÍVEL), DENTRO DO MESMO BANCO DE DADOS. REITEROU A SUGESTÃO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A ALEPA COM VISTAS A DELIMITAÇÃO DE LIMITES ENTRE OS MUNICÍPIOS E A TODAS AS NORMAS QUE DISPONIBILIZARAM AS TERRAS PARA OS MUNICÍPIOS, EM DOIS OFÍCIOS DIFERENTES. SÃO DOCUMENTOS DO SÉCULO PASSADO. O TERRA LEGAL TEVE ACESSO A ESSA DOCUMENTAÇÃO E JÁ FEZ ALGO NESSE SENTIDO. ENTENDE QUE, SE SE PRETENDE CAMINHAR RUMO À SEGURANÇA JURÍDICA, ESSAS INFORMAÇÕES TÊM QUE SER DISPONIBILIZADAS PARA QUE A POPULAÇÃO POSSA SABER A QUEM RECORRER PARA TER O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO, POR EXEMPLO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – A PROF<sup>a</sup> LULY SUGERIU QUE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM CONVERSASSE COM O REPRESENTANTE DA CODEM, PORQUE A HISTÓRIA DE CRIAÇÃO DOS DOIS MUNICÍPIOS É IDÊNTICA. PEDIU QUE A PROF<sup>a</sup> LULY E O VANDERSOM CONVERSASSEM COM A REPRESENTANTE DE SANTARÉM.

ETELVANA – RI ANANINDEUA – INFORMOU QUE EXISTEM VÁRIAS REURBS EM ANDAMENTO E LOTEAMENTOS IRREGULARES. PERGUNTOU SOBRE A PRESENÇA DE REPRESENTANTE DA COHAB. PEDIU QUE ABRISSEM ESPAÇO PARA O SEU FILHO, RAFAEL, FAZER LEVANTAMENTO SOBRE O ESTUDO SOBRE OS VALORES DE CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DA REURB E DE LOTEAMENTO.

RAFAEL ALVAREZ – RI ANANINDEUA - FEZ EXPOSIÇÃO SOBRE OS VALORES PARA REGISTROS DE LOTEAMENTO E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS COM A COHAB (1H15 DA GRAVAÇÃO). SOLICITOU A PRESENÇA DE REPRESENTANTE DA COHAB.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – DILIGENCIAR PARA CONVOCAÇÃO DA COHAB. E SOBRE A QUESTÃO DOS EMOLUMENTOS, EXISTE PROCESSO ESPECÍFICO, QUE ESTÁ SENDO APRECIADO.

ITEM 16 – PASSOU A PALAVRA À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

LUCIANA LIMA – DPE – A DEFENSORIA SOLICITOU A INCLUSÃO DE UM ITEM DA PAUTA. ELA REPRESENTA OS HABITANTES DA COMUNIDADE SAPUCAIA, LOCALIZADA NO BAIRRO DO COQUEIRO, MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, QUE ESTÁ ENVOLVIDA NUM CONFLITO POSSESSÓRIO COLETIVO, JUDICIALIZADO NA 1ª VARA DE ANANINDEUA. E, NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO MOVIDO PELA EMPRESA PROPRIETÁRIA,



A PROCURADORIA DO ESTADO SOLICITOU SEU INGRESSO NA CONDIÇÃO DE AMICUS CURIAE, INFORMANDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE DOMINIALIDADE ESTADUAL DA ÁREA. QUE FARIA OS ESTUDOS NECESSÁRIOS JUNTO AO ITERPA E, CASO CONFIRMADO, SERIA REALIZADA A REURB NA ÁREA EM FAVOR DAS COMUNIDADES. NÃO HÁ NOTÍCIAS APÓS ISSO. HOVE PROVOCAÇÃO AO ITERPA, QUE NÃO IDENTIFICOU DOMINIALIDADE DO ESTADO E O TÍTULO DO PARTICULAR REMONTA A UM TÍTULO EXPEDIDO PELO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.

A URGÊNCIA SURGE EM RAZÃO DE DECRETO DA PREFEITURA DE ANANINDEUA PARA DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA, DO QUAL TAMBÉM NÃO TEM NOVAS INFORMAÇÕES. COMO EXISTEM MUITOS ENVOLVIDOS NA DOMINIALIDADE, GOSTARIA QUE FOSSE PROMOVIDO O DIÁLOGO DOS ENVOLVIDOS PARA ENCONTRAR MELHOR SOLUÇÃO.

LISANIA – ANANINDEUA – EXPLICOU O PROCEDIMENTO DE REURB NO MUNICÍPIO. INFORMOU QUE A REURB DA ÁREA DE SAPUCAIA JÁ ESTÁ BEM ADIANTADA.

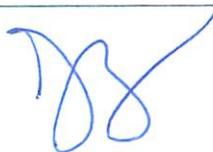
LUCIANA LIMA – DPE – HÁ PREVISÃO DE INDENIZAÇÃO AO PROPRIETÁRIO?

LISANIA – ANANINDEUA – A REURB É REALIZADA COM BASE NOS ANSEIOS DAS PESSOAS QUE ESTÃO NA POSSE DO IMÓVEL. FORAM FEITOS OS LEVANTAMENTOS DA REURB DA SAPUCAIA. EM RELAÇÃO À DESAPROPRIAÇÃO, É PAGA A INDENIZAÇÃO, MAS NÃO TEM OS DADOS NO MOMENTO. SUGERIU A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO MUNICÍPIO.

LULY – UFPA – A ÁREA DO COQUEIRO DECORRE DO COQUEIRO MAIOR, QUE ANTES PERTENCIA À ÁREA DE BELEM, E DECORREU DE UMA AQUISIÇÃO DE UMA FAZENDA PELA PARAELETRIC. NA DÉCADA DE 1960, ESSA ÁREA ENTRA COMO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE BELÉM E SE INTEGRALIZA NO PATRIMÔNIO DA CODEM. ENTÃO, ANTES DO ITERPA SE MANIFESTAR, CONSIDERANDO QUE A AQUISIÇÃO É ANTIGA, POR MEIO DE SENTENÇA JUDICIAL, RECOMENDA QUE FOSSE PLOTADA A ÁREA PARA CONFERÊNCIA COM A ÁREA DA CODEM, ANTES QUE O ITERPA QUEIRA ARRECADAR COMO ÁREA DEVOLUTA, PARA TER CERTEZA QUE SE ESTA TENDO A ANUÊNCIA DO LOCAL CERTO. O ITERPA NÃO TEM COMO DAR INFORMAÇÃO PORQUE A ÁREA NÃO ESTÁ NOS REGISTROS DO ÓRGÃO.

FERNANDA SEQUEIRA – ITERPA – VÃO EXPEDIR OFÍCIO À CODEM. ESSA SITUAÇÃO É CORRIQUEIRA, DE SEREM PROFERIDAS SENTENÇAS E O ITERPA NÃO LOCALIZA O TÍTULO CORRESPONDENTE. O ITERPA NÃO CUIDA DE CADEIA DOMINIAL, APENAS DO DESTACAMENTO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, E QUANDO CHEGAM AS SOLICITAÇÕES, AS CONSULTAS APONTAM ÁREAS DEVOLUTAS. SERIA INTERESSANTE ENCONTRAR UMA FORMA PARA DISCUTIR A SOLUÇÃO PARA ESSA E OUTRAS ÁREAS.

VANDERSON – CODEM – SUGERIU A REALIZAÇÃO DE UMA REUNIÃO PARA DEBATE.



LUCIO GUERREIRO – CGJ - CHEGOU A INFORMAÇÃO DE QUE O SUPERINTENDENTE DA SPU TERIA CONFUNDIDO AS DATAS DE REUNIÃO, MAS QUE O SERVIDOR ODILON ESTARIA PRESENTE ONLINE. NO ENTANTO, NÃO SE IDENTIFICOU A PRESENÇA DELE NO AMBIENTE VIRTUAL.

NATALIA – CAPANEMA – ADERIU RECENTEMENTE AO PROJETO DO TJPA. JÁ EXISTE, NO MUNICÍPIO, O PROGRAMA CAPANEMA LEGAL, QUE JÁ ENTREGOU 159 TÍTULOS EM 2021. JÁ EXISTEM ENCAMINHADOS PROCESSOS REFERENTES A 820 LOTES, COM A PREVISÃO PRÓXIMA DE ENTREGA DE MAIS 348 TÍTULOS. ESTÁ PRESENTE PARA ADQUIRIR CONHECIMENTO E TROCAR EXPERIÊNCIAS.

ARIANE – CAPANEMA – RELATOU O DESAFIO, E A DIFICULDADE DE EQUIPE TÉCNICA (CARTOGRAFIA, PLANTA, ETC). HOVE MUITO APRENDIZADO COM A EQUIPE DA UFPA E DA FAMEP.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - DESTACOU A IMPORTÂNCIA DO GRUPO PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS.

IDENTIFICOU A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DA SPU E VOLTOU AO ITEM 8 DA PAUTA

JOSE ODILON – SPU – A MINUTA DA PROFª LULY FOI ANALISADA POR ELE E PELO SUPERINTENDENTE QUE TEM A MISSÃO DE ANALISÁ-LA JUNTO COM A ADM CENTRAL. PELO QUE SABE, A MINUTA AINDA NÃO FOI ENCAMINHADA À BRASÍLIA. JUSTIFICOU A DEMORA EM RAZÃO DA APERTADA AGENDA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESTADO DO PARÁ.

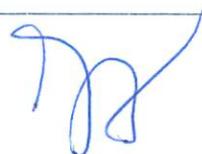
LUCIO GUERREIRO – QUAL A PERSPECTIVA?

JOSE ODILON – SPU – PELO MENOS 15 DIAS. DEU O PRAZO INICIAL DE RESPOSTA NA PRIMEIRA SEMANA DE JANEIRO PARA ATENDER À DEMANDA DA PRIMEIRA LEGUA PATRIMONIAL.

ADRIANA – BREU BRANCO – FEZ UM FEEDBACK DA SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO SOBRE OS QUILOMBOLAS (1H41 DA GRAVAÇÃO). ESTEVE COM OS REPRESENTANTES DA SPU NA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM TUCURUÍ, PORQUE POSSUI DOIS PROCESSOS NA PLATAFORMA. TEM INTERESSE NA REGULARIZAÇÃO DE DUAS ÁREAS QUE SÃO MISTO DE ÁREA RURAL E URBANA, CUJAS ÁREAS TIVERAM ORIGEM EM DOAÇÃO DA SPU A ELETRONORTE, PELO QUE SABE, JÁ QUE OS DOCUMENTOS SÃO PRECARIOS. DE UMA ÁREA GRANDE, EXISTEM DUAS MATRÍCULAS EM NOME DA ELETRONORTE E UMA SEM REGISTRO CORRESPONDENTE. PEDE ATENÇÃO AO PROBLEMA PELO REPRESENTANTE DA SPU.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – PEDIU QUE O MUNICÍPIO FORMALIZASSE A DEMANDA EM RELAÇÃO À SPU, PARA ENCAMINHAMENTO.

JOSE ODILON – SPU – IDENTIFICOU O PEDIDO RELATIVO À ÁREA DE TRÊS TORRES. ANOTOU O NÚMERO DO CNPJ.



CAROLINE BRANT – REFORÇOU A IMPORTÂNCIA DAS DILIGÊNCIAS RELATIVAS AO LIMITE TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS, JÁ QUE HOUE MUDANÇA NAS FRONTEIRAS DOS MUNICÍPIOS.

JOSE ROBERTO – CGJ – DESIGNOU DUAS REUNIÕES, REPARTINDO OS GRUPOS, PARA O DIA 30.01.2024, EM HORÁRIOS DIFERENTES. QUEM TIVER INTERESSE, PARTICIPA APENAS DE UMA, OU DAS DUAS.

30.11 PRÓXIMA REUNIÃO 9H ÀS 10H30 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL  
10H30 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E DESTACOU A IMPORTÂNCIA DO GRUPO.

DESEJOU FELIZ NATAL E BOM ANO NOVO

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 11h21

APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK  
<https://webcast.verseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=e69d44aaf1b1422e075&l=480&a=390>

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. ENVIO DAS INFORMAÇÕES SOBRE QUANTIDADE DE TÍTULOS DE QUILOMBOLAS ENTREGUES E QUAIS JÁ FORAM REGISTRADOS	ITERPA	CINCO DIAS
2. ENVIO DE INFORMAÇÕES SOBREDIFICULDADES DE REGISTROS DE TITULOS QUILOMBOLAS E DE PEQUENOS PRODUTORES NOS CARTÓRIOS DE REGISTO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARÁ	ITERPA	CINCO DIAS
3. VERIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS DO OFÍCIO EXPEDIDO REFERENTE A DILIGÊNCIA DETERMINADA NO ITEM 3	CGJ	IMEDIATO
4. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE INTERVENÇÃO JUNTO À SUPERINTENDENCIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO, PARA AUTORIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DOS INDÍGENAS WARAO NA ILHA DE SASSUNEMA, FORNECENDO INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA SUBSIDIAR O PEDIDO	ANANINDEUA	CINCO DIAS
5. PRESTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS 44 MUNICÍPIOS QUE JÁ POSSUEM SUA BASE	ITERPA	PRÓXIMA REUNIÃO

PATRIMONIAL DEFINIDA. RECEBIDO, INFORMAR À FAMEP			
6.	EXPEDIR OFÍCIO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ PARA ENCAMINHAMENTO DAS LEGISLAÇÕES QUE CONFERIRAM O TERRITÓRIO DE CADA MUNICÍPIO	CGJ	DEZ DIAS
7.	EXPEDIR OFÍCIO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ PARA OBTER INFORMAÇÕES SE JÁ FOI INICIADO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA GEORREFERENCIADA DE CADA MUNICÍPIO.	CGJ	DEZ DIAS
8.	REMESSA, PELO CRI DE SANTARÉM, DO PLANO DE TRABALHO E TERMO DE ANUÊNCIA RELATIVOS AO PROJETO REGULARIZAR	CGJ	5 DIAS PARA EXPEDIÇÃO. SOLICITAR INFORMAÇÕES ATÉ 25/01/2023
<b>PROXIMAS REUNIÕES</b>			
Data: 30.01.2024	INÍCIO: 9H 10H30	FIM: 10H30 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 – TJPA
Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu,  Paola Watrin Pimenta Menescal, digitei e subscrevo.			
 Desembargador <b>JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR</b> Corregedor-Geral de Justiça			